

País espera obter US\$ 4 bi para superar crise

Entretanto, técnico do Governo prevê negociação tensa e cansativa da dívida externa

EDUARDO BRITO
Editor de Economia

A moratória, na forma pela qual foi anunciada, constitui a medida mais branda que o Brasil podia tomar. Nesses termos, poderá ser praticamente indolor, embora venha a exigir negociações tensas e cansativas. Essa é a opinião de um técnico do primeiro time do Governo, que acompanhou os preparativos da decisão brasileira. Em tempo: ele acredita que o Brasil conseguirá não apenas evitar qualquer retaliação dos credores como ainda obterá ao menos 4 bilhões de dólares em dinheiro novo.

A própria idéia de um período máximo de 90 dias para a suspensão dos pagamentos serve para sublinhar a brandura da posição do Governo brasileiro. Caso excedesse esse prazo, os bancos credores precisariam lançar os empréstimos ao Brasil como créditos em liquidação, com consequências danosas para eles próprios.

“A simples declaração de moratória por prazo curto, como foi feita, determina quedas nas cotações das ações de muitos dos bancos, inclusive dos grandes. Eles chegam a precisar pagar mais para os aplicadores. Imagine-se o efeito que teria uma suspensão dos pagamentos por

tempo indefinido”, explica esse técnico.

De certa forma, pode mesmo ser menos prejudicial para os bancos ceder nos prazos e inclusive na concessão de dinheiro novo. Suas perdas seriam, eventualmente, até menores, embora seja claro que eles esbarrariam na resistência dos mesmos acionistas que se alarmam com a possibilidade de extensão da moratória brasileira.

Como esses acionistas têm maior poder de influência sobre os bancos de dimensões pequenas e médias, destes é que deverá partir a maior resistência às concessões para o Brasil. Isso já aconteceu diversas vezes no passado e deverá repetir-se agora. Por esse mesmo motivo é que se prevêem negociações difíceis.

Mas o Governo brasileiro dispõe de indicações no sentido de que os bancos poderão entrar em acordo. Há sinais de alguma receptividade — em termos concretos e não em simples declarações de efeito diplomático — também por parte do governo norte-americano, apesar das resistências obtusas dos ingleses e principalmente dos japoneses.

O sinal maior, porém, é dado pela negociação mexicana. “O México estava em posição muito pior que o Brasil e conseguiu 6 bilhões de dólares em dinhei-

ro novo”, lembra o economista. É verdade que o México tem petróleo em abundância e o Brasil não, um dado que é sempre ressaltado pelos negociadores de fora — e não deixará de ser mencionado agora que os preços recomeçaram a subir.

Mesmo assim, o Governo acredita que conseguirá ao menos 4 bilhões de dólares e contornará a crise. Mas, se 90 dias forem insuficientes para se chegar ao acordo? Não há problema, diz o técnico: “Nós fingiremos que pagamos e eles fingirão que receberam”. O contrário seria pior para ambas as partes.

Caso essas previsões otimistas se confirmem, o Brasil terá alcançado o que representa o principal denominador comum entre a administração Sarney e a liderança do PMDB: como prometeu o ministro Dilson Funaro aos dirigentes do partido, o Brasil terá superado o estrangulamento externo e afugentado por certo tempo o fantasma da recessão.

Tudo isso tem um significado extra, confirma o técnico. A crise externa servirá de pivô para o Governo tomar também decisões no front interno. Essas medidas, que afetarão sem dúvida a distribuição de renda, foram as que efetivamente ocuparam as autoridades governamentais nos últimos dias.

WILSON PEDROSA



Simonsen e Guedes: não houve retaliação ainda e a crise pode ser menor